

A ECONOMIA BRASILEIRA
E O SETOR
DE TRABALHO TEMPORÁRIO
E DE SERVIÇOS TERCEIRIZÁVEIS

ANÁLISE

DESEMPENHO

PROJEÇÕES

2008 – 2009

Fontes:

Pesquisa Sindeprestem

Relatório Fecomércio/SP

IPEMA – Instituto de Pesquisa Manager

FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos)

IBGE

BANCO CENTRAL DO BRASIL.

1. ECONOMIA BRASILEIRA: BALANÇO E PERSPECTIVAS

1.1 Aspectos macroeconômicos – 2008

O Brasil atravessou um período de prosperidade sem precedentes na história recente do país entre o final de 2004 e o ano de 2008. Crescimento sólido, recuperação das contas externas, geração de reservas internacionais superiores a US\$ 200 bilhões, aumento de renda e empregos durante esses quase 5 anos, gerando um contínuo crescimento nas demandas por Trabalho Temporário e Serviços Terceirizáveis no período.

O final de 2008, infelizmente, parece marcar o fim desse momento próspero. Resta saber se o próximo ciclo econômico mundial, mais complicado sem dúvida, terá uma duração muito prolongada e qual a profundidade das mudanças que estão por ocorrer no ambiente de negócios, propensão a investir e a consumir, aqui e no resto do mundo.

O bom desempenho de 2008 não chega a ser apagado pela crise internacional, que chegou de forma mais incisiva a partir do final de setembro e início de outubro. O ano terminou com uma taxa de desemprego baixa para os padrões brasileiros, reservas internacionais ainda bastante elevadas, saldos comerciais substanciais (e recordes de exportação), além de ter sido o segundo ano de forte acréscimo no consumo das famílias, principalmente no tocante a automóveis e imóveis. O crescimento do Trabalho Temporário no final de ano, tradicional termômetro do setor, foi de 9,5 %, um índice altamente satisfatório face às perspectivas negativas projetadas para o último trimestre do ano.

Crédito e renda real em crescimento foram os responsáveis por esse desempenho bastante positivo, se o olhar for sobre o resultado agregado final de 2008. O problema está em fazer a análise marginal, quando se observa que a tendência é desse desempenho murchar em 2009, fazendo com que o Brasil volte a se incomodar com taxas de desemprego mais elevadas, queda nas demandas do setor de Serviços e um padrão de consumo mais modesto no ano que vem.

O país se mostrou preparado para crescer mais de 5%, apesar das dúvidas quanto à pressão inflacionária. Houve momentos no ano em que, por conta da elevação dos preços de commodities, a inflação obrigou o BC a elevar juros. Todavia a pressão de preços pouco teve a ver com gargalos produtivos ou excesso de demanda não contemplada pela oferta. Foi uma inflação importada e por muitos momentos a sociedade e as Entidades que representam os setores de Serviços Terceirizáveis e de Trabalho Temporário se pronunciaram contrárias à elevação de juros sob o argumento de controle de inflação, dado que esta estava fora do alcance do BC brasileiro. Ironicamente a crise que se abate sobre o mundo reduz os preços de commodities, como, por exemplo, aço, café e petróleo. Essa não é uma boa notícia, nem mesmo para a inflação, já que concomitante a isso o câmbio passou a se desvalorizar após setembro. No que concerne aos nossos setores de atividade, as demandas por serviços na Indústria foi a mais afetada no último trimestre, uma redução significativa principalmente nas demandas temporárias previstas para o período.

A mudança de cenários internacionais é também uma variável extremamente importante para que se possam traçar perspectivas sobre a economia em 2009.

Com a tendência de forte desaceleração nas maiores economias do mundo (EUA, Europa e Japão), dificilmente o Brasil escapará de ter que fazer ajustes bastantes severos na sua política econômica. O mais provável é que a equipe econômica esteja atenta a cada onda de alteração que surja exogenamente e prepare medidas pontuais que possam reduzir os efeitos de contágio, atenuando os piores.

Adiante alguns comentários sobre os principais campos de análise macroeconômica, divididos por seu desempenho.

1.1.1 Fatores positivos - 2008

Comércio Internacional: Mesmo com todos os problemas externos do final do ano e com a valorização cambial ocorrida desde o final de 2005 até setembro desse ano, a Balança Comercial continuou superavitária, sendo que as exportações atingem em 2008 US\$ 200 bilhões, um recorde histórico. Evidentemente tal desempenho se deveu aos preços elevados de commodities e do aquecimento econômico percebido até o mês de setembro, quando rompe a crise internacional de forma mais aguda. Todavia o resultado alcançado até aquele momento foi suficiente para garantir um bom desempenho anual, que, infelizmente, não deve se repetir em 2009. O Brasil, em 2008, voltou a aumentar sua pauta de exportações e seu leque de clientes, o que garante ao país uma exposição menor ao risco. Isto significa que as Empresas Contratantes (Indústria, Comércio e Serviços) voltadas para o mercado externo continuarão a ser “prospects” interessantes para as Empresas do setor de Trabalho Temporário e de Serviços Terceirizáveis em 2009.

Equilíbrio Fiscal: O governo conseguiu em 2008, manter o superávit primário em patamares elevados. Evidentemente o fez de forma enviesada, com aumento da arrecadação e não com ajustes de eficiência e cortes de gastos. Com o consumo crescendo a taxas de 10% e com o aquecimento da produção, a arrecadação atingiu patamares recordes nesse ano. De qualquer maneira a obtenção de um superávit primário superior aos 4,25% estimados no início do ano é uma boa notícia, que, agregada à redução de juros médios permitiu – principalmente até a primeira metade do ano – reduzir a relação dívida/PIB. Dificilmente esse resultado se repetirá em 2009, tanto por conta do ambiente econômico adverso quanto por conta da armadilha preparada pelo governo que continuou a contratar aumento de gastos futuros.

Controle Inflacionário: No início do ano ocorreram pressões inflacionárias por causa do aumento dos preços de commodities internacionais. O Banco Central reagiu interrompendo a trajetória de queda dos juros e passou a atuar com apertos monetários.

A partir do final de agosto início de setembro, os preços de commodities passaram a cair rapidamente, mas, por outro lado, e exatamente por esse motivo, o real começou uma trajetória de desvalorização desconhecida do país desde 2005. Esses efeitos opostos fazem com que parte dos choques externos sejam amortizada por conta da flutuação cambial.

1.1.2 Fatores negativos – 2008

Falta de reformas: Na ausência de uma política de reformas de base nos âmbitos fiscal, previdenciário e burocrático, o Brasil ainda não se firmou como candidato efetivo do bloco dos países desenvolvidos. No aspecto microeconômico são necessárias reformas que revolucionem o ambiente de negócios, reduzam a burocracia e elevem fortemente o grau de segurança jurídica. Do lado macroeconômico, as reformas devem garantir a sustentabilidade das políticas fiscal e monetária no longo prazo. Nosso setor continuará lutando por uma regularização da Terceirização no Brasil, através da aprovação no Congresso Nacional do PL nº 4302/98, bem como por uma Reforma Tributária que seja mais justa, com a incidência de impostos sobre nossas taxas de administração e não sobre o total da fatura.

Aumento dos gastos do governo: Outro aspecto negativo bastante evidente em 2008 foi a continuidade do aumento de gastos do governo. O governo apenas manteve elevado superávit primário por conta do consumo e da atividade econômica aquecida. Mesmo assim os resultados dessa verdadeira armadilha tendem a se mostrar desastrosos no futuro próximo. Em um ambiente de desaquecimento econômico, como provavelmente o país vai passar em 2009, o governo não terá graus de liberdade para efetuar cortes de gastos por conta das contratações extemporâneas que vem fazendo há pelo menos dois anos. Esse continua a ser outro ponto crítico da economia nacional, uma vez que o controle da dívida pública e seu equilíbrio de longo prazo se tornam comprometidos de partida.

Valorização cambial exagerada: Com a entrada forte de reservas internacionais pelo menos até meados de 2008, o país experimentou a taxa de câmbio mais valorizada da história recente, em relação a todas as moedas fortes do mundo. A queda do Risco Brasil, o excedente de liquidez internacional e a elevada taxa de juros interna fizeram com que os capitais fluíssem para o país permitindo essa forte valorização do Real. Como efeito colateral dessa valorização do Real, houve um estímulo desproporcional à importação (que cresceu 45% neste ano) e causou sérios problemas para a indústria nacional. Aparentemente, o Banco Central não interpretou todos os sinais como um indicativo claro de que a taxa de juros básica do país estava desalinhada com o cenário internacional. Ao final do ano houve uma reversão do quadro, mas também iniciado o agravamento da crise internacional que contaminou os humores dos agentes no Brasil, principalmente no setor financeiro. O risco é que esse quadro seja exatamente o inverso em 2009, com forte volatilidade da moeda, tendendo à desvalorização.

PAC: Em 2007 o anúncio do PAC teve impactos positivos, pois atestava a preocupação do setor público com aspectos críticos para o desenvolvimento nacional. A ausência de sua execução ao longo de 2007 e 2008 mostrou que o PAC de fato era apenas uma peça de propaganda, sem efeitos práticos. Vale ressaltar que nesse momento em especial seria muito importante para o país que o governo conseguisse mostrar capacidade de orquestrar com eficiência gastos públicos no sentido dos investimentos. Mas essa não parece ser a aposta da maioria dos analistas para 2009.

2. ESTIMATIVAS 2009 - PRINCIPAIS INDICADORES

2.1 FECOMÉRCIO / IBGE / BANCO CENTRAL DO BRASIL

Variável	2008	2009		
		Otimista	Provável	Pessimista
IPCA (% - estimativa)	6,50%	4,00%	5,50%	7,00%
Meta Taxa Selic (Final de Período)	13,75%	11,00%	13,00%	18,00%
Taxa de Câmbio (final de período)	R\$ 2,30	R\$ 1,90	R\$ 2,40	R\$ 3,00
Balança Comercial (US\$ bi)	25	20	15	cinco
Conta Corrente (US\$ bi)	-30	-25	-30	-40
Produção Industrial (% crescimento)	6,00%	5,00%	3,00%	0,00%
PIB (% crescimento)	5,20%	4,00%	3,00%	1,00%
Varejo SP	6,00%	2,00%	0,00%	-4,00%
Varejo Brasil (IBGE)	10,00%	6,00%	4,00%	2,00%

Fonte: Fecomercio, IBGE, Banco Central do Brasil
Elaboração: Fecomercio

2.1.1 Hipóteses econômicas

Hipótese otimista: (Probabilidade de 10% de ocorrência) - A crise com epicentro no setor financeiro americano e europeu é rapidamente equacionada. Os pacotes de ajuda do Tesouro americano serão suficientes para reequilibrar balanços do setor financeiro e também para garantir a calma e tranqüilidade de consumidores, credores e bancos. Os agentes econômicos recuperam rapidamente sua confiança e a economia volta a ter relações comerciais normais. A ocorrência deste cenário faria com que os efeitos da crise ficassem restritas ao final de 2008 e apenas ao primeiro semestre de 2009, e com magnitude moderada e controlada.

Hipótese pessimista: (Probabilidade de 10% de ocorrência) - O pacote de auxílio americano seria absolutamente irrelevante, o mercado financeiro entra em pânico e as perdas no momento inicial geram ciclos de saques e vendas de ativos, culminando com novas perdas. O Tesouro e o Federal Reserve, juntamente com outros bancos centrais, não seriam capazes de reverter a percepção dos mercados acerca de uma crise de proporções parecidas com 1929. A duração do período de crise é mais longa, ultrapassando a barreira de 2009 e a magnitude intensa, sem momentos de alívio. O processo se assemelha a uma depressão econômica com a inevitável quebra de grandes empresas ícones da economia mundial.

Hipótese Provável: (Probabilidade de 80% de ocorrência) - A crise perdura ao longo de 2009, porém com claros indícios de que os mercados caminham para o equilíbrio e para a normalidade. A intensidade da crise seria elevada, porém com momentos de alívio. Além disso, os ajustes feitos seriam severos, as insuficientes para gerar uma quebra generalizada do setor bancário europeu e americano. Certamente ocorrerão novas aquisições e fusões, porém o setor financeiro consegue se sanear com base em pacotes pontuais de auxílio e com a constituição de fundos de crédito hoje de pouca liquidez. Empresas de grande porte serão auxiliadas por governos ao redor do mundo, e isso reduzirá a perda de empregos e de confiança dos consumidores, restringindo os efeitos a um quadro sério, porém não trágico em 2009.

2.2 IPEMA

É natural que tenhamos perspectivas e posições diferentes, porém as médias das projeções levam ao seguinte quadro:

PIB

- CRESCIMENTO DE 1,0 A 3,0%
 - Agricultura
 - *Entre 0,5 e 3,5% de Crescimento.*
 - Indústria
 - *Entre 1,2 e 3,2% de Crescimento.*
 - Setor de Serviços
 - *Entre 1,5 e 2,5% de Crescimento.*

Inflação

Para o IPCA, que mede a inflação, as projeções são de índices entre **4% e 6%**.

Juros

As previsões para a taxa básica de juros (Selic) determinam um índice médio de **13% para o final de 2009**.

Câmbio

A taxa de câmbio varia de uma previsão mínima de **R\$ 2,10 a um limite de R\$ 2,40** no final de 2009.

Risco País

O nosso Risco País deverá fechar o ano de 2009 em índice menor que o dos anos de 2007 e 2008, ficando **entre 300 e 400 pontos**.

**A projeção para o investimento estrangeiro direto para 2009, é de US\$ 30 bilhões.*

Balança Comercial

O **superávit da balança** comercial deverá ficar **entre US\$ 10 bilhões e US\$ 12 bilhões**.

Transações Correntes

O **déficit** em nossas transações correntes deverá chegar ao final do ano em **US\$ 33,3 bilhões**.

Reservas Internacionais

Devemos chegar ao final de 2009 com **US\$ 187 bilhões**.

2.3 EXPECTATIVAS 2009

- Enxergar as oportunidades geradas pela situação financeira mundial, uma vez que o Brasil mostrou que está preparado para turbulências internacionais e deve crescer mais que a média mundial.
- As ações para 2009 devem ser vistas com cautela, pois o ano apresenta-se como um dos mais incertos das últimas décadas, porém, para o Brasil, a expectativa de crescimento do PIB – Produto Interno Bruto tem como média 2% no ano. Especialistas acreditam que ***o Brasil será uma das melhores opções de investimentos no cenário pós-crise, por reunir fundamentos macroeconômicos relativamente estáveis e potencial crescimento.***
- Assim como o caso do Brasil, no comércio internacional, as pequenas empresas que tiverem liquidez podem roubar mercado das grandes que vão sofrer mais com a crise.
- De acordo com os analistas, o Brasil tem um mercado consumidor interno muito grande. Para eles, é necessário que os empresários não se deixem contagiar pelo pessimismo, que continuem seus projetos para manter a economia aquecida e assim construir um círculo virtuoso para os brasileiros.
- O setor produtivo precisa ter mais segurança, fazer investimentos e manter a roda da economia girando, até porque não sendo 2009 um ano eleitoral, as decisões governamentais devem caminhar com mais agilidade.
- Na opinião dos bancos, a atividade econômica apresentará contração nos seis primeiros meses do próximo ano, com perspectiva de recuperação na segunda metade do exercício.
- Uma das explicações para a expectativa mais conservadora para o PIB (Entre 1% a 3%), pode estar no crédito, pois, com menos crédito, cai também a expectativa para os investimentos.
- Também foi apontada uma retração nas expectativas para o fluxo comercial. A projeção para as exportações brasileiras em 2009 caiu de US\$ 201,58 bilhões para US\$ 176,74 bilhões. No caso das importações, houve recuo de US\$ 187,62 bilhões para US\$ 165,44 bilhões.

3 – IMPACTOS NO DESEMPENHO ECONOMICO **NO SETOR DE TRABALHO** **TEMPORÁRIO E DE SERVIÇOS TERCEIRIZÁVEIS** **EM 2009**

3.1 – Trabalho Temporário

Considerando a atividade como ferramenta de flexibilização para as Empresas Tomadoras em situações de sazonalidades e aumentos de produção, esta atividade sofrerá um impacto mais significativo na demanda projetada para o exercício de 2009, a saber:

3.1.1 – Picos Sazonais: Redução entre 5 e 7% nas demandas sazonais do Comércio e de 7 a 10% nas demandas sazonais da Indústria, com predominância setorial em Promoção, Merchandising, Distribuição, Logística e funções auxiliares na área de Produção.

3.1.2 – Efetivação: Redução do índice médio dos 3 anos anteriores, que foi de 30% no Comércio, para 28%.

3.1.3 – Permanência: Projeção de período de permanência (média) de 28 dias/temporário no Comércio, e de 90 dias para a Indústria e Serviços.

3.1.4 – Remuneração: Redução de 5% (Média), acompanhando índices projetados pela Fecomercio e FIESP, sempre considerando que a remuneração do trabalhador temporário deve ser compatível com a do trabalhador efetivo da Empresa Tomadora do serviço.

3.1.5 – Perfil: Aumento do nível de exigência em termos de experiência anterior nos processos seletivos, em face de diminuição de demanda e o conseqüente aumento de disponibilidade de mão de obra.

3.1.6 – Crescimento: 1,5 % em relação ao ano anterior (2008). Considerar que a média histórica de crescimento do setor tem sido de 8% ao ano nos últimos 3 anos.

3.2 – Serviços Terceirizáveis

O Setor terá um impacto menor em termos de queda de demanda, considerando-se o alto custo de desmobilização (custos trabalhistas) gerado pelo encerramento ou redução de contratos. Assim como o setor de Trabalho Temporário, as atividades relacionadas com Distribuição, Logística e funções auxiliares na área de Produção e Administração serão as mais afetadas. Demais Serviços Especializados continuarão fazendo parte das estratégias de gestão do mercado comprador.

3.2.1 – Permanência: Não deverá haver alteração no prazo médio de permanência, em virtude das características específicas de cada contrato.

3.2.2 – Remuneração: Ajuste médio de 7%, sem aumento real, considerando-se apenas a reposição do IPCA de 2008.

3.2.3 – Perfil: Aumento do nível de especialização e experiência anterior, em face da diminuição de demanda e o conseqüente aumento de disponibilidade de mão de obra.

3.2.4 – Crescimento: 2,5 % em relação ao ano anterior (2008).

4 - ANÁLISE DO POTENCIAL DE EMPREGABILIDADE NO PAÍS

RESUMO DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS

UF	% País	% Região
SÃO PAULO	32,37	58,56
MINAS GERAIS	12,50	22,62
RIO DE JANEIRO	8,05	14,57
PARANÁ	7,51	36,99
RIO GRANDE DO SUL	7,00	34,50
SANTA CATARINA	5,79	28,52
BAHIA	3,66	29,90
GOIÁS	3,26	39,86
PERNAMBUCO	2,41	19,72
ESPÍRITO SANTO	2,35	4,25
CEARÁ	2,06	16,83
MATO GROSSO	1,93	23,57
PARÁ	1,65	41,06
DISTRITO FEDERAL	1,54	18,79
MATO GROSSO DO SUL	1,45	17,78
AMAZONAS	1,14	28,35
RIO GRANDE DO NORTE	0,98	8,01
MARANHÃO	0,83	6,81
ALAGOAS	0,71	5,80
PARAÍBA	0,63	5,17
RONDÔNIA	0,54	13,55
SERGIPE	0,52	4,23
PIAUI	0,43	3,52
TOCANTINS	0,36	8,97
AMAPÁ	0,13	3,19
ACRE	0,12	3,05
RORAIMA	0,07	1,83